



DATA 18/09/2012		PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 579/12		
AUTOR Dep JOSÉ OTÁVIO GERMANO PPRS e Dep ARNALDO JARDIM PPS/SP				Nº PRONTUÁRIO
TIPO 1 ( ) SUPRESSIVA 2 ( ) SUBSTIT 3 (x) MODIFICATIVA 4 ( ) ADITIVA 5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

Altere-se o § 1º do art. 15 da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, passando a ter a seguinte redação:

“§ 1º O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para a finalidade de que trata o caput ou para fins de indenização, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme a melhor técnica internacional a ser reproduzida nos critérios estabelecidos no contrato de concessão.”.

**JUSTIFICAÇÃO**

O § 1º do art. 15 da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, prevê que os critérios que concretizarão a metodologia do valor novo de reposição para o cálculo das indenizações.

Ocorre, contudo, que a disciplina das indenizações, por integrar as condições efetivas da proposta oferecida na licitação e consubstanciar cláusula econômica do Contrato de Concessão inalterável unilateralmente pelo Poder Concedente, deve constar expressamente do Contrato de Concessão e não de regulamento.

Adicionalmente, já havendo, de resto, sido incorporadas a vários dos contratos ora vigentes, tais condições de indenização constituem atos jurídicos perfeitos e, portanto, de observância obrigatória pelo Poder Concedente.

Com efeito, o inciso XXI do art. 37 da Constituição da República impõe ao Poder Público o dever de manter as condições efetivas da proposta oferecida na licitação.

Do mesmo modo, o § 1º do art. 58 da Lei nº 8.666/93 afirma que a alteração de cláusula econômica dos contratos administrativos dependerá da anuência do contratado.

Por essa razão, a Lei de Concessões sempre exigiu que os critérios de indenização constassem expressamente do Contrato de Concessão. De fato, estabelece o inciso XI do art. 23 da Lei nº 8.987/95:

“Art. 23. São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:

...

XI - aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, quando for o caso;”.

Assim, propõe-se a introdução da redação acima proposta para afastar as inconstitucionalidades ora vislumbradas e assegurar que a disciplina das indenizações continuará a constar do Contrato de Concessão.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas  
Recebido em 18/09/2012 às 12h45min  
Assinatura: Matr. 209754

ASSINATURAS

18 / 09 / 2012

*[Assinaturas manuscritas]*